SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR
CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 14h30, foi realizada de forma híbrida a 34ª Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do *link*: https://meet.google.com/qst-jzvy-pxu?pli=1. Estavam presentes os conselheiros: Suelen Glinski Rosa, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR; Rodriano de Souza, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social – SUDIS; Ana Raquel de Oliveira Alves, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB; Lucas Paulatti Kassar, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Eunice Rosa da Silva, da Marreclê Crochê; Jôsi Maria Bervian, da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA e Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR. Participaram como convidados: Lisiê Manoella Moro da Silva, agente do Programa de Formação Paul Singer, Luis Alves Pequeno, coordenador do Programa de Formação Paul Singer e Matheus José Gonçalez da Silva, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR. A reunião teve início com a chamada dos conselheiros e verificação de quórum, bem como aprovação da seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da 33ª Reunião Ordinária. 2. Presidência e Vice-Presidência do CEES. 3. Informes das Comissões de Trabalho. 4. Calendário de Reuniões. 5. Mostras de Economia Solidária. 6. Balanço do Programa de Formação Paul Singer no Paraná. Primeiramente, Suelen apresentou alguns informes gerais, explanando acerca da troca de gestão na SETR, havendo sido nomeado o Sr. Willian Porfirio Ribeiro como Secretário em substituição ao Sr. Paulo Rogério do Carmo, bem como a paralisação do conselho por dois meses devido a esta troca, uma vez que foi necessário aguardar a nomeação ser publicada e a expedição de resolução para designar seu representante para que as reuniões pudessem ser retomadas, tendo em vista o Secretário ser o Presidente do Conselho. Em seguida informou que todos os cartões corporativos destinados ao custeio de deslocamentos dos conselheiros estavam prontos e disponíveis para retirada. Também fez algumas considerações sobre o período eleitoral, pois a divulgação de eventos e outras atividades da SETR seria mais limitada, especialmente quanto ao uso das redes sociais e identidade visual do Governo do Estado. Terminados os informes, tratou-se do primeiro item da pauta, que foi a apreciação da ata da 33ª Reunião Ordinária. Não havendo manifestações ou pedidos de alteração, a ata foi aprovada por unanimidade. Passando ao segundo item da pauta, foi retomado o debate iniciado em reuniões anteriores sobre a Presidência e a Vice-Presidência do CEES. Jacson reiterou a importância de que o conselho possua presidência e vice-presidência rotativas, as quais compõem sua Mesa Diretora e são fundamentais para o andamento dos trabalhos. Tendo em vista que a Presidência da SETR está estabelecida por decreto, solicitou que fosse verificado na SETR a possibilidade de se estabelecer uma Vice-Presidência, visando que não haja novas interrupções dos trabalhos do conselho. A

Presidência poderia então ser discutida posteriormente, através da promulgação de um novo decreto que estabelecesse a rotatividade ou então a inclusão desta na Lei Estadual de Economia Solidária. Sugeriu também que esta Vice-Presidência fosse rotativa e ocupada inicialmente por um representante de Empreendimento Econômico Solidário. Rodriano sugeriu então que, sendo possível o estabelecimento de uma vice-presidência, o Fórum Paranaense de Economia Solidária decidisse, em reunião própria, qual Empreendimento Econômico Solidário ocuparia esta função e trouxesse para o Conselho na próxima reunião, com os demais conselheiros concordando. Passando-se então a tratar da Presidência, Jacson sugeriu que a rotatividade entre os segmentos na Presidência fosse tratada por uma das Comissões de Trabalho que ficasse também responsável pela atualização da legislação estadual referente à economia solidária. Disse que poderia ser feita uma revisão mais ampla da atual Lei Estadual de Economia Solidária, alterando outros dispositivos para que esteja em conformidade com a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária, com participação do Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES). Os demais concordaram e deliberou-se que seria feita uma consulta ao atual Secretário da SETR sobre a viabilidade de se solicitar a alteração do Decreto 4886 de 2024, estabelecendo novamente a rotatividade na presidência do CEES, ao mesmo tempo em que o FPES decidiria em sua próxima reunião, além da questão da vice-presidência, sobre a revisão geral da Lei Estadual de Economia Solidária, de modo que se solicitasse à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) a inclusão da rotatividade nesta lei bem como a alteração de outros aspectos necessários. As decisões articuladas pelo FPES, com ampla participação social, seriam então levadas à Comissão de Trabalho do Plano Estadual de Economia Solidária para encaminhamento e articulação com a ALEP. Em seguida, seguiu-se ao terceiro item da pauta, com repasses das Comissões Setoriais. Matheus iniciou fazendo um relato sobre a Comissão de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), afirmando que a comissão estava enfrentando dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos neste ano de 2026 devido à baixa quantidade de cadastros efetuados. Disse que pretendia produzir *cards* de divulgação em conjunto com o Núcleo de Comunicação Setorial da SETR para tentar obter maior engajamento e que estava auxiliando, assim como Lisiê, alguns empreendimentos a realizarem seus cadastros. Suelen complementou dizendo que estava prevista no Plano Plurianual do Estado a realização 100 cadastros em 2026 e que foi solicitada uma revisão para baixo, com uma nova meta de 50, devido a essas dificuldades. Ressaltou a dificuldade de utilização do sistema gov.br por parte de diversos integrantes de Empreendimentos Econômicos Solidários e disse ser importante haver esses cadastros para que seja possível um mapeamento e construção de políticas públicas voltadas à economia solidária. Jacson, enquanto membro da Comissão Nacional do Cadsol, complementou dizendo ser muito importante a construção de um plano de divulgação do

CADSOL por parte do CEES, bem como a realização de mutirões de cadastros durante feiras de economia solidária. Acrescentou também ser importante a participação dos fóruns de economia solidária para que se tenha maior acesso aos empreendimentos. Sugeriu que se fizesse oficinas de letramento digital para os empreendimentos, visando auxiliá-los no uso do sistema. Rodriano e Suelen afirmaram que poderia ser possível a construção de cursos junto à Escola de Gestão do Paraná, com Suelen sugerindo uma ementa de capacitação com colaborações dos conselheiros, com materiais informativos sobre uso do gov.br e do cadastro no CADSOL para Empreendimentos Econômicos Solidários. Jôsi afirmou que poderia ser feita uma campanha junto a associações de catadores e outros empreendimentos já organizados como uma forma de alavancar os cadastros. Luis Pequeno então disse realmente não ser fácil a sensibilização de empreendimentos informais para a realização de cadastros, tendo em vista ter havido certa desilusão com governos ao longo do tempo, sendo necessária muita educação popular para construção de confiança. Para além disso havia também as questões técnicas em relação ao sistema, que apresenta oscilações. Propôs que a sociedade civil organizada se mobilizasse para um aumento na quantidade de cadastros, tendo em vista a dificuldade dos governos para divulgação durante o período eleitoral, com o que todos concordaram. Em seguida, a palavra foi dada a Matheus para tratar da Comissão de Trabalho do Plano Estadual de Economia Solidária. Informou que a Comissão está elaborando o Plano com base nas propostas aprovadas na etapa estadual da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária, analisando cada uma delas e estabelecendo possíveis metas e verificando quais órgãos do Estado poderiam executá-las, para posteriormente convidá-los a reuniões para articulação. Na última reunião da comissão, decidiu-se verificar os meios possíveis para o estabelecimento de um fundo estadual destinado à Economia Solidária, tendo em vista muitas das propostas construídas exigem aporte de recursos. Rodriano relembrou que havia sido feita uma minuta de anteprojeto de lei para a criação de um fundo em 2023 e sugeriu que esse trabalho fosse retomado. Suelen relembrou que nessa época não foi possível o estabelecimento do fundo devido à inexistência de repasses do Governo Federal, não havendo viabilidade para o estabelecimento de um fundo com recursos exclusivos do Estado do Paraná. Todavia, as conversas poderiam ser retomadas e verificadas outras possibilidades. Jôsi então afirmou que a Lei Paul Singer criou o Sistema Nacional de Economia Solidária em 2024 e havia outros estados e municípios com fundos constituídos, podendo ser estudadas as formas como essas constituições haviam sido feitas. Deliberou-se então que o Conselho faria consulta a um dos estados que possuem fundos de economia solidária constituídos para analisar a forma como foram feitos os arranjos institucionais. Por fim, Matheus apresentou um informe sobre a Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos, dizendo que no momento a Comissão estava discutindo qual seria o seu escopo, tendo sido criada inicialmente com a finalidade de se

estabelecer um diálogo entre o CEES e os Conselhos Municipais de Economia Solidária no Paraná, porém com propostas para ampliação de suas atribuições para também o diálogo com outros conselhos estaduais que tratem de temas que tenham intersecção com a economia solidária e possivelmente com fóruns estadual e municipais de economia solidária. Porém devido à grande quantidade de trabalho que tais ampliações acarretariam, a Comissão estava ainda discutindo o quanto conseguiria fazer para então elaborar um Regimento Interno a ser apresentado ao CEES para apreciação. Finalizados os tópicos relativos às Comissões de Trabalho, seguiu-se ao quarto item da pauta: o Calendário de Reuniões. Conforme decidido em reuniões anteriores, manter-se-iam as reuniões preferencialmente nas terceiras ou quartas sextas-feiras de cada mês, pois são os dias em que há disponibilidade da maior parte dos conselheiros, sendo necessário decidir a respeito das reuniões descentralizadas. Discutiu-se a possibilidade de que se fizesse a próxima na região do litoral, tendo em vista que o conselho deixou de funcionar na data em que se planejou inicialmente realizá-la. Todavia, Jôsi afirmou que poderia haver dificuldades para conseguir um espaço adequado a todos na próxima reunião do Fórum Regional do Litoral. Rodriano sugeriu também que se fizesse uma reunião descentralizada em Ponta Grossa, pois recebeu relatos de que as incubadoras locais estavam com alguma dificuldade na mobilização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da região. Os demais conselheiros concordaram, ficando deliberado que a próxima reunião ocorreria no final de julho em Ponta Grossa, com Rodriano ficando incumbido de articular com as incubadoras um espaço bem como a possibilidade de realização de uma mostra de economia solidária no mesmo dia. Decidiu-se também que as datas das reuniões seriam definidas mês a mês, bem como a realização de reuniões descentralizadas, levando em conta as demandas e possibilidades em cada ocasião. Passando ao quinto ponto da pauta, Suelen fez um breve relato sobre a VII Mostra Paranaense de Economia Solidária realizada pela SETR no prédio do PARANAPREVIDENCIA, realizada no dia três de junho, afirmando que havia sido enviado um formulário para que se tivesse um *feedback* dos empreendimentos sobre o evento, como resultados de vendas, percepções sobre o local e sugestões para as próximas, para que então se pudesse apresentar na próxima reunião. Destacou que a percepção geral de na SETR foi de que a mostra havia sido melhor do que a última, com maior circulação de pessoas, vendas e aproveitamento por parte dos empreendimentos devido também à maior familiaridade das pessoas com os produtos da economia solidária. Luis Pequeno afirmou ser muito importante a coleta dessas informações com os empreendimentos para a organização das próximas e destacou que Curitiba apresentava maior facilidade para realização de mostras em espaços públicos estaduais do que em espaços municipais. Lisiê questionou os critérios de participação nas mostras, uma vez que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Curitiba (FMEPS) desejava que a participação em suas reuniões fosse um requisito para a participação. Matheus disse que já havia conversado

com alguns integrantes da Coordenação do FMEPS e se posicionando contrariamente, uma vez que havia critérios bem definidos na legislação sobre o que se enquadra como Empreendimento Econômico Solidário e os espaços do Estado deveriam ser usados isonomicamente e visando ampliar o acesso de diversos empreendimentos. Suelen concordou e acrescentou que havia tido uma conversa com o Edson, da Prefeitura de Curitiba, visando também organizar feiras de economia solidária nas Ruas da Cidadania da Cidade, que seriam espaços com bastante circulação de pessoas e nos quais não seria necessário levar muita estrutura, facilitando a organização. Rodriano relembrou que já havia sido elaborado um regulamento para os mostras, com critérios de participação, que era usado anteriormente nas mostras realizadas no Palácio das Araucárias, afirmando que poderia resgatá-lo para ajudar na organização das próximas, destacando também que a ideia de exigir participação em reuniões do Fórum Municipal para os empreendimentos de Curitiba visava justamente fortalecê-lo. Verificou-se então que estava havendo métodos de validação diferentes entre as mostras realizadas no prédio do PARANAPREVIDENCIA e as realizadas no Palácio das Araucárias, com as primeiras tendo os empreendimentos econômicos solidários validados com base em cartas de recomendação de entidades de apoio e fomento ou a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário do CADSOL, enquanto as segundas estavam com os empreendimentos sendo validados pela Coordenação do FMEPS. Buscou-se então articular uma forma de se estabelecer um único método para a realização das próximas mostras. Lisiê concordou que as regras de participação deveriam ser rediscutidas tendo em vista que normalmente eram sempre os mesmos empreendimentos que participavam das mostras. Lucas relembrou que na etapa estadual da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária (4ª Conaes) foram utilizadas as duas instâncias, com validação dos empreendimentos através de entidades de apoio e fomento ou com os fóruns de economia solidária, sejam eles municipais, regionais ou estadual, sugerindo que as feiras fossem organizadas da mesma forma. Matheus acrescentou que a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário do Cadsol também deveria ser incluída, com o que os demais concordaram, ficando deliberada que seriam utilizadas essas três instâncias. Rodriano, Matheus e Suelen acrescentaram também que nas próximas mostras deveria haver alguém com um computador auxiliando os empreendimentos a realizarem cadastros no CADSOL, visando que futuramente o principal critério de validação para participação nas mostras seja possuir este cadastro. Encerrado este assunto, passou-se ao último item da pauta: o balanço de um ano do Programa Paul Singer no Paraná. A palavra foi dada a Luis Pequeno, que fez uma apresentação sobre o trabalho realizado e perspectivas futuras. Iniciou explicando como se dá o trabalho dos agentes do programa, com acompanhamento e processo de formação disponibilizados aos empreendimentos econômicos solidários das regiões em que atuam. Cada um dos 22 agentes territoriais acompanha até seis empreendimentos, totalizando 127

empreendimentos acompanhados nos territórios do Paraná. As regiões de atuação foram divididas em seis, com os municípios âncoras de Maringá, Londrina, Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava e Francisco Beltrão, a partir dos quais se visitava diversos outros municípios menores. Foram coletados quatro formulários junto a esses empreendimentos: um Diagnóstico Inicial, Locais de Produção e Comercialização, Afinidade com o Cadsol e Saúde do Trabalhador. Em todos os territórios visitados, constatou-se haver trabalhos com Cultura, Artesanato e Alimentação. Em cinco destes seis, havia também trabalhos com Agroecologia, Serviços e Reciclagem. Por fim, outros trabalhos desenvolvidos envolvem Costura, Cooperativas de Crédito e Turismo de Base Comunitária. Como sustentação desse ecossistema de economia solidária, Luis Pequeno destacou o Poder Público Municipal em todos esses territórios com apoio da Superintêndencia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, as Universidades e Institutos Federais e as organizações da sociedade civil, como a Cáritas, Cefuria, Assessoar, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entre outros. Além disso, há um alicerce institucional composto por legislações municipais acerca do tema, conselhos municipais em atividade em dois municípios, cinco fóruns regionais de economia solidária em funcionamento e diversas redes de cooperação, como a Mandala, FLD, Araucária e RESF. Como gargalos para o desenvolvimento da economia solidária no estado, Luis Pequeno citou: Atuação Individualizada, com integrantes atuando como “ilhas” sem conhecimento de outras redes; Disputas Locais, com disputas políticas e também entre alguns empreendimentos que competem para obter maior rendimento; Falta de Presença Estatal, com políticas intermitentes e sendo necessário maior presença do Poder Público; Desafio das Compras Públicas, com muita burocracia para acesso e pouca abertura para empreendimentos que não são da agricultura familiar. Além disso, faltam sistemas de Assistência Técnica e Extensão, Fundos e Créditos, Infraestrutura Física (galpões, centros de convivência, veículos, entre outros) e Processos de Formação (como letramento digital e formação política) voltados à economia solidária. Para o próximo ciclo do Programa, será feito um mapeamento participativo, identificando iniciativas, atores e recursos nos territórios. Além disso, o Programa buscará promover formação técnica e política através de rodas de conversa, cursos e letramento em economia solidária. Por fim, buscar-se-á estruturar e fortalecer fóruns e redes de comercialização. As estratégias de atuação foram divididas por região do Paraná: Para a Região Norte, o objetivo principal será a criação de uma rede regional visando fortalecer os empreendimentos; Para o Centro-Sul/Sudoeste, o foco também será a retomada de redes, bem como um sistema permanente de assistência técnica em economia solidária; Para Curitiba e Região Metropolitana, visa-se o fortalecimento de espaços de comercialização, feiras permanentes, bem como integração entre coletivos, como intersecção entre saúde mental e economia solidária; Por fim, para o Litoral, o objetivo é consolidar os recém criados Conselho Municipal de Economia Solidária em Matinhos e o Fórum Regional do Litoral. Finalizando a apresentação, Luis

Pequeno conclamou todos a participarem da construção da economia solidária e reiterou que os problemas são superados pouco a pouco, sendo muito importante aproveitar as políticas públicas disponíveis e o CADSOL para a induzir esta construção, ainda que haja poucos recursos. Conclamou a participação dos Fóruns, Conselhos, Programa Paul Singer, universidades, entidades de apoio e fomento e todos os demais atores para uma força-tarefa. Finalizada a apresentação, Suelen agradeceu e pediu para que fossem feitos repasses dos trabalhos executados pelo Programa Paul Singer sempre que possível, parabenizando-o pelo trabalho e ressaltando a importância de que o programa deixe um legado da forma como estava deixando. Lucas também parabenizou o trabalho e destacou como era importante a atuação dos agentes na mobilização e sensibilização dos empreendimentos para a construção da economia solidária, sugerindo que as discussões trazidas pelo Programa possam ser também levadas ao Fórum Paranaense de Economia Solidária e Fóruns Municipais. Suelen colocou a SETR à disposição para ajudar nesta construção e, finalizada a pauta, encerrou a reunião. Eu, Matheus José Gonçalez da Silva, lavrei a presente ata.